



Plano de Saúde

É Preciso Reagir: cruze os braços contra mais estes ataques!

Diante da proposta apresentada para o plano de saúde da categoria ecetista, o SINTECT-GO conclama todos os trabalhadores e trabalhadoras em Goiás para comparecerem na Assembleia Geral e nas Assembleias regionais nesta sexta-feira, dia 09, para a avaliação da deflagração de greve nacional, por tempo indeterminado, a partir das 00h do dia 12 de março. O indicativo de greve foi aprovado nas assembleias realizadas no dia 02.

A greve está sendo chamada

diante dos ataques da ECT, validados pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), contra o plano de saúde da categoria. No último dia 22 de fevereiro, o TST propôs, em audiência de conciliação, o custeio de 75% do plano por parte da Empresa e 25% pelos trabalhadores; e retirar pai e mãe imediatamente, deixando apenas aqueles que estão em tratamento até a alta médica. Também foi proposta a criação de um plano alternativo



ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 09 de março (sexta - feira)

Goiânia: Agência Central, Praça Cívica
18:30 (1ª Chamada) 19h (2ª Chamada)

Assembleias Regionais Extraordinárias - 09 de março (sexta - feira)

Nas seguintes cidades abaixo
17h (1ª Chamada) 17h30 (2ª Chamada)

Em frente aos CDD's

- Caldas Novas
- Catalão
- Itumbiara
- Jataí
- Rio Verde

Em frente às AC's

- | | | |
|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Aragarças - Bela Vista - Ceres - Goianésia - Goiatuba - Goiás - Inhumas - Ipameri | <ul style="list-style-type: none"> - Iporá - Itapuranga - Itaberaí - Jaraguá - Minaçu - Morrinhos - Nerópolis - Niquelândia | <ul style="list-style-type: none"> - Palmeiras de Goiás - Pires do Rio - Porangatu - Quirinópolis - Santa Helena - São Miguel do Araguaia |
|--|---|---|

Em frente às UD's

- Mineiros
- Uruaçu
- São Luís de M. Belos

No CDD JK (em Anápolis) a assembleia será às 16h30 (1ª Chamada) 17h (2ª Chamada)

PAUTA

- Informes;
- Deflagração da greve nacional, por tempo indeterminado, para às 00h do dia 12/03/2018, contra a extinção do cargo de OTT, contra a suspensão das férias, por melhores condições de trabalho, e contra a proposta apresentada pelo TST de custeio e retirada de pais e mães do plano de saúde da categoria.

Chega de cabide de empregos!

para os pais e mães que serão excluídos do plano atual, com

valores de mercado. Essa mesma proposta havia sido apresentada

pelo ministro Emmanoel Pereira, em outubro do ano passado.

Ataques ao plano de saúde

Os ataques contra o plano de saúde iniciaram em 2013, quando a ECT começou a implantar a Postal Saúde, que assumiu a gestão no início de 2014. De lá para cá a categoria passou a enfrentar falta de atendimento, descredenciamento de médicos e hospitais, problemas administrativos, entre outros.

A categoria ecetista sempre tratou o plano de saúde como benefício salarial, chegando a trocar melhoria salarial em diversos acordos coletivos pela manutenção dele. Além disso, sempre se colocaram dispostos a negociar e sugerir melhorias no plano, mas nunca foram de fato ouvidos. No ACT 2014/2015, mediado no TST, foi acrescentada na cláusula 28, que trata do plano de saúde, a criação de uma Comissão Paritária para tratar das melhorias no plano. Durante 23 reuniões, realizadas entre 20 de outubro de 2016 e 25 de janeiro de 2017, os representantes dos trabalhadores apresentaram diversas ações para manter o plano e conciliar a saúde financeira da ECT, que foram todas ignoradas.

A desculpa da Empresa para

retirar a gestão por RH do plano de saúde e passar para a Postal Saúde foi a contenção de despesas, mas não foi exatamente isso que aconteceu. Ao contrário, durante esses anos a **Postal Saúde serviu apenas como cabide de emprego**, com salários que chegam a aproximadamente 15 mil, gastando quase o triplo do que era gasto anteriormente.

Em diversas vezes, na Comissão Paritária, foi solicitado que os números da Postal Saúde fossem apresentados, mas isso nunca foi feito.

No dia da audiência de conciliação, Guilherme Campos insistiu em afirmar que a Empresa não tem condições para manter o Plano de Saúde da categoria nos moldes atuais, chegando a dizer que



o plano de saúde está consumindo 10% da arrecadação bruta da Empresa. Entretanto, esse percentual se mantém há mais de 10 anos, sem alteração e sem utilizar recursos da União, porque só agora ele se tornou insustentável?

Será que o interesse do Guilherme Campos em fazer os trabalhadores pagar pelo plano de saúde é meramente operacional, ou tem

haver com os gastos de quase um milhão em sua campanha eleitoral para deputado federal em 2014?

Trabalhador, essa é a última oportunidade que você tem de salvar seu plano de saúde! Por isso mobilize-se e una forças com seus companheiros para salvar o bem maior da categoria.

Trabalhador, você será onerado para bancar os gastos excessivos para manter uma estrutura de privilégios dentro da Postal Saúde.



Nenhum direito a menos!